

## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

### **Ata da Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)**

**Data e Horário:** 29 de junho de 2022, 14h30 às 18h30.

**Local:** Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, por videoconferência, a  
2 Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião  
3 ordinária, com a presença dos seguintes membros: Representantes do Governo: Bruno Tempesta,  
4 Coordenador-Geral de Combate ao Trabalho Escravo - CGCTE/Secretário Executivo da  
5 CONATRAE; Camila Melo de Assis, Coordenadora de Apoio Substituta da CGCTE; Cátia de  
6 Araújo Silva, Assistente da CGCTE; Eduardo Miranda Freire de Melo, Secretário Adjunto da  
7 SNPGE e Presidente da CONATRAE; Hebert Borges Paes Barros, Diretor do DEPDDH/MMFDH e  
8 Coordenador da CONATRAE; Henrique Oliveira Santos, Ministério da Justiça e Segurança Pública  
9 – MJSP; Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e Previdência – MTP; Kátia de  
10 Carvalho Cavalcanti, Secretária da CGCTE. Representantes de Entidades Privadas Não  
11 Governamentais: Rodrigo Hugueney, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil –  
12 CNA; Xavier Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra - CPT. Membros Observadores: Ana  
13 Carolina Roman, ANPR-MPF; Antônio Carlos Rosa, Presidente do ITD; Camilla Del Isola Diniz,  
14 CONATRETRAP; Edmundo Lima, ABVTEX; Fernanda Carvalho, OIT; Guilherme Rojas, DPU;  
15 Itálar Filipe de Paiva Medina, MPT; Lydiane Machado e Silva, ANPT; Mauricio Krepsky  
16 Fagundes, ME; Mércia Silva, InPacto; Natália Suzuki, Repórter Brasil; Vera Jatobá, Diretora do  
17 SINAIT; Victória Perino, Repórter Brasil; Wilson Corrêa de Araújo Neto, CNI. COETRAEs: Paula  
18 Collela, SEDH. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1. Abertura: O Secretário Sr. Eduardo  
19 Miranda Freire de Melo, Presidente da CONATRAE, realizou a abertura da reunião  
20 cumprimentando a todos e destacou o trabalho realizado pela equipe da CGCTE no processo de  
21 elaboração do edital de seleção dos representantes da Comissão Nacional de Erradicação do  
22 Trabalho Escravo, de entidades não governamentais privadas, para o próximo biênio. Justificou que  
23 não poderá acompanhar integralmente a reunião devido a outros compromissos existentes, assim  
24 como o Coordenador da CONATRAE, Sr. Hebert Borges Paes Barros, ponderando que devem

25 buscar alternativa para continuidade dos trabalhos da reunião. Em seguida, passou-se ao Item 2.  
26 Leitura e Aprovação da Pauta do dia, que estava composta pelos seguintes itens: 1. Abertura  
27 (Presidência da CONATRAE); 2. Leitura e Aprovação da Pauta do dia - (CGCTE); 3. Aprovação  
28 da Ata da Reunião Ordinária de 27/04/2022 - (CGCTE); 4. Notícia referente à exploração de  
29 trabalho escravo pela empresa Volkswagen no Brasil - (MMFDH); 5. Apresentação do “Programa  
30 Trabalho Sustentável” - (MTP); 6. Renovação da Frota da DETRAE e aquisição de coletes  
31 balísticos - (MTP); 7. Relatório da SIT referente ao ano de 2021, elaborado pela OIT permanece  
32 indisponível - (CPT); 8. Atualização sobre a questão da COETRAE/RO - (CPT); 9. Informação  
33 referente ao efetivo funcionamento das COETRAEs e como podemos manter o fluxo de informação  
34 e intercâmbio entre as comissões - (CPT); 10. Situação específica da COETRAE/TO - (CPT); 11.  
35 Encontro Nacional das COETRAES - (CPT); 12. Concurso para a Carreira de Auditor Fiscal do  
36 Trabalho - (CPT); 13. Valor das Diárias pagas aos servidores do Executivo e seu impacto nas ações  
37 de fiscalização - (CPT); 14. Preocupação em relação à abordagem da temática de Direitos Humanos  
38 pela Polícia Rodoviária Federal na formação de agentes e a extinção da Comissões Regionais  
39 responsáveis por operações contra a exploração sexual e o trabalho escravo nos estados - (CPT); 15.  
40 Informes: 15.1. Seleção dos representantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho  
41 Escravo, de entidades não governamentais privadas, para o próximo biênio; 16. Encerramento.  
42 Colocada a pauta em apreciação e não havendo nenhuma sugestão de alteração, a pauta foi  
43 aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando sequência, passou-se ao Item 3. Aprovação da Ata  
44 da Reunião Ordinária de 27/04/2022 - (CGCTE): Não havendo retificações, a Ata foi considerada  
45 aprovada pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, passou-se ao Item 4. Notícia referente à  
46 exploração de trabalho escravo pela empresa Volkswagen no Brasil - (MMFDH): O Sr. Hebert  
47 Borges Paes Barros esclareceu que solicitou a inclusão desse tema diante a divulgação de  
48 informações referentes à exploração de trabalho escravo pela empresa Volkswagen na região  
49 amazônica. Discorreu que o Professor Ricardo Rezende teve participação relevante na coleta de  
50 informação em relação ao caso, o qual já estaria em análise pela Ministério Público do Trabalho  
51 (MPT). Observou que não seria um caso que demandasse ação fiscalizatória neste momento, mas  
52 dadas as dimensões, entendeu seria oportuno que a CONATRAE acompanhasse e elaborasse  
53 iniciativa. Com a palavra, a Sra. Natália Suzuki informou que leu artigo sobre esse caso e  
54 disponibilizou o *link* para acesso dos demais membros. Compreendeu que o caso seria muito antigo  
55 e sem decorrências e externou sua dúvida se a realização de ação geraria algum resultado. O Sr.

56 Italvar Filipe de Paiva Medina esclareceu que o fato ocorreu nas décadas de 70 e 80 e informou que  
57 o MPT possui grupo de trabalho para acompanhamento, o qual já identificou algumas vítimas para  
58 que houvesse responsabilização da empresa e já iniciou as tratativas para acordo. Relatou que houve  
59 acordo recente da Volkswagen com o Ministério Público sobre questões atinentes a perseguições na  
60 época da ditadura militar. Comentou que não saberia qual poderia ser o apoio da Comissão quanto  
61 ao tema, porém, consultará o grupo de trabalho sobre a possibilidade de articulação conjunta. A Sra.  
62 Vera Jatobá alegou que, caso houvesse qualquer tipo de movimentação por parte da CONATRAE,  
63 estaria disposta a procurar mais informações em relação à fiscalização realizada na época. O Sr.  
64 Xavier Jean Marie Plassat relatou que não haveria relatórios de fiscalização atestando o fato  
65 encontrado, uma vez que não existiam grupos móveis de fiscalização na época. Ponderou que  
66 haveria muitas incógnitas que precisariam ser verificadas, como a identificação das vítimas e  
67 registrou que o Livro “Vidas Roubadas” da autora Binka Le Breton possui um capítulo destinado ao  
68 caso. O Sr. Luis Henrique Ramos Lopes explanou que a Secretaria de Inspeção do Trabalho  
69 (SIT/MTP) não teria mais os relatórios do fato, todavia, afirmou que estariam à disposição para  
70 resgatar as memórias vivas. O Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo sugeriu que a  
71 CONATRAE elaborasse memorial sobre os casos emblemáticos assim como esse. O Sr. Italvar  
72 Filipe de Paiva Medina informou que entrou em contato com a coordenadora do grupo de trabalho  
73 para acompanhamento do caso, a qual respondeu que estaria em reunião e encaminharia resposta  
74 sobre a possibilidade de contribuição dessa Comissão assim que fosse finalizada. O Sr. Hebert  
75 Borges Paes Barros endossou as sugestões anteriores, propondo a criação de memorial em local  
76 específico como a sede do MTP ou do MPT no estado do Pará. Explanou que entrará em contato  
77 com o Professor Ricardo Rezende e com o MPT para aprovação de proposta para apresentação à  
78 CONATRAE na próxima reunião. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat relatou que o *link* do capítulo do  
79 livro citado será disponibilizado no *chat* da reunião para acesso dos membros. Prosseguindo,  
80 passou-se ao Item 5. Apresentação do “Programa Trabalho Sustentável” - (MTP): O Sr. Luis  
81 Henrique Ramos Lopes apresentou sobre o Programa Trabalho Sustentável, destacando que possui  
82 objetivo geral de promover a conduta empresarial responsável e o trabalho decente, a partir de uma  
83 estratégia de atuação proativa, preventiva e seneadora, impulsionando o diálogo social, setorial e  
84 interinstitucional. Elencou os objetivos específicos, explicando-os e relatou que o programa possui  
85 quatro eixos, sendo: Eixo 1 – Promoção do Trabalho Sustentável e Diálogo Social/Setorial; Eixo 2 –  
86 Capacitações; Eixo 3 – Campanhas; e Eixo 4 – Implementação de soluções tecnológicas. Por fim,

87 indicou as atividades realizadas e previstas para o segundo semestre de 2022. Abrindo para  
88 manifestações, a Sra. Vera Jatobá ponderou que seria interessante que o programa considerasse o  
89 Eixo 5 dos Direitos Fundamentais do Trabalho como objetivo específico. O Sr. Hebert Borges Paes  
90 Barros saudou pela iniciativa e destacou a ferramenta de autodiagnóstico que possibilitaria a  
91 verificação pelo empregador e a abordagem por setor produtivo. Compreendeu que seria  
92 interessante envolver as demais instituições participantes da Comissão para agregar a iniciativa. O  
93 Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo mencionou sobre o Programa Nacional de Educação  
94 Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH) e questionou se o Programa Trabalho Sustentável  
95 haveria algum curso que trabalhe a gestão para prevenção e erradicação do trabalho escravo. Em  
96 resposta, o Sr. Luis Henrique Ramos Lopes esclareceu que não haveria nenhum curso nesse sentido,  
97 entendendo que faltaria articulação. Diante a resposta, o Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de  
98 Melo comentou que buscaria informações sobre a existência de curso nesse sentido. Seguindo,  
99 passou-se ao Item 6. Renovação da Frota da DETRAE e aquisição de coletes balísticos - (MTP): O  
100 Sr. Luis Henrique Ramos Lopes informou sobre o recebimento de 20 carros para a renovação total  
101 da frota de veículos para os grupos móveis da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho  
102 Escravo (DETRAE). Além disso, acrescentou que foram recebidos 223 coletes balísticos para os  
103 grupos móveis e para os responsáveis pela fiscalização de trabalho escravo nas regionais. Ato  
104 contínuo, passou-se ao Item 7. Relatório da SIT referente ao ano de 2021, elaborado pela OIT  
105 permanece indisponível - (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat discorreu que esse tema foi  
106 trazido nas últimas reuniões e não houve nenhuma justificativa plausível sobre os motivos da não  
107 disponibilização desse relatório finalizado. O Sr. Luis Henrique Ramos Lopes informou o Relatório  
108 da SIT tiveram os seus dados atualizados, os quais estão disponíveis no Radar de forma  
109 sistematizada. Registrou que, nesse momento, o relatório se encontra para avaliação da Assessoria  
110 de Comunicação do Gabinete do Ministro de Estado de Trabalho e Previdência e estariam  
111 aguardando resposta para disponibilização. Prosseguindo, passou-se ao Item 8. Atualização sobre a  
112 questão da COETRAE/RO - (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat recordou que havia ficado  
113 pendente a realização de visita à COETRAE/RO para saber sobre a situação existente, questionando  
114 se a visita foi realizada. O Sr. Bruno Tempesta discorreu que foram deliberadas duas ações na  
115 última reunião da CONATRAE, a primeira de elaboração de nota de preocupação que já foi  
116 executada juntamente com a Dra. Liz. Assumiu que desprezou o assunto momentaneamente para  
117 dedicar esforços para o processo de seleção dos membros da Comissão por ser mais prioritário e

118 sugeriu a criação de grupo de discussão coordenado pelo MMDFH para verificar a situação das  
119 COETRAEs e definir as melhores estratégias. O Sr. Itálvar Filipe de Paiva Medina informou que  
120 suscitou o tema com a Coordenadora Regional da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho  
121 Infantil (CONAETI) em Rondônia, a qual mencionou que a situação da COETRAE continuava a  
122 mesma. Entendeu que a sugestão de criação de grupo de discussão apresentada seria interessante,  
123 uma vez que existem estados que possuem COETRAEs pouco funcionais ou que nem realizaram a  
124 sua implantação. O Sr. Hebert Borges Paes Barros concordou com a criação do grupo de discussão,  
125 porém, focado no levantamento da situação das COETRAEs e propôs que fosse realizada uma visita  
126 à COETRAE/RO para que possam trabalhar os dados coletados em paralelo no grupo. Com a  
127 palavra, o Sr. Bruno Tempesta esclareceu que sugestão seria exatamente essa. O Secretário Sr.  
128 Eduardo Miranda Freire de Melo salientou a importância da participação da CONATRAE no grupo  
129 de discussão, inclusive, na realização das visitas. Com relação ao Item 9. Informação referente ao  
130 efetivo funcionamento das COETRAEs e como podemos manter o fluxo de informação e  
131 intercâmbio entre as comissões - (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat observou que existem  
132 outras COETRAEs que estariam em situação de abandono, todavia, destacou a existência de bons  
133 exemplos, dos quais deveriam se instruir. Relatou que estaria pendente a realização do Encontro  
134 Nacional das COETRAEs e apoiou a proposta de criação de grupo de discussão para levantamento  
135 rigoroso da situação. A Sra. Natália Suzuki colocou à disposição o levantamento elaborado pelo  
136 Projeto “Escravo Nem Pensar” sobre a situação das COETRAEs caso o grupo fosse criado,  
137 ponderando que seria necessário apenas complementar os dados referente a cinco Comissões que  
138 mais funcionam caso houvesse interesse. Observou que as ações de prevenção do trabalho escravo se  
139 beneficiam muito quando essa rede está constituída e institucionalizada nos estados e compreendeu  
140 que o fator primordial para que sejam constituídas e colocadas em funcionamento pleno teria  
141 relação ao alinhamento com o governo estadual. O Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo  
142 solicitou que o material fosse disponibilizado e comunicou sobre a produção de curso referente às  
143 políticas relacionadas ao trabalho escravo, discorrendo que solicitará que a CONATRAE seja  
144 consultada para contribuições. Sugeriu, a partir da explanação da Sra. Natália Suzuki, a criação de  
145 curso para os gestores estaduais para demonstrar a importância do trabalho articulado entre a  
146 Comissão Nacional e as COETRAEs. Justificou que terá que se ausentar nesse momento, passando  
147 a condução da reunião para o Coordenador da CONATRAE. A Sra. Ana Carolina Roman pontuou  
148 que seria interessante resgatar o Pacto de Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, visto que

149 vários estados o aderiram e comprometeram-se com as medidas. Registrado que o estado do Amapá  
150 seria o único estado a não aderir o Pacto, ponderou que essa questão traria respaldo para a  
151 solicitação de informações. O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina acatou a sugestão de utilização do  
152 Pacto Nacional e questionou quando poderia ser disponibilizado o levantamento realizado pelo  
153 Projeto “Escravo Nem Pensar”. Discorreu que seria interessante para o MPT ter conhecimento dos  
154 locais em que as Comissões Estaduais não estariam em funcionamento ou não existem para  
155 direcionamento das ações locais. A Sra. Natália Suzuki esclareceu que o levantamento estaria  
156 finalizado e seria necessário complementá-lo com dados das COETRAEs com funcionamento  
157 pleno, afirmando que disponibilizará o documento para o MPT. A Sra. Mércia Silva compreendeu  
158 que seria interessante a criação do grupo de discussão, colocando-se à disposição para fazer parte da  
159 sua composição. Feitas todas as manifestações, aprovou a criação do grupo de discussão com a  
160 seguinte composição: Mércia Silva, Natália Suzuki, Xavier Jean Marie Plassat, Ana Carolina  
161 Roman, Vera Jatobá, MPT. O referido grupo levantará informações sobre as COETRAEs para  
162 elaboração de indicativos de soluções em relação às possíveis fragilidades a serem encontradas e  
163 terá competência de discutir sobre o Encontro Nacional das COETRAEs e Fluxo Nacional de  
164 Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo. Realizada inversão de pauta, passou-se ao Item 11.  
165 Encontro Nacional das COETRAES - (CPT): O Sr. Bruno Tempesta relatou que as discussões  
166 referentes à realização do Encontro Nacional das COETRAES foram iniciadas, sendo que chegaram  
167 ao entendimento que o melhor modelo seria a sua realização no mês de novembro de 2022  
168 juntamente com o Encontro do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) que  
169 será realizado em Aracaju/SE. Mencionou que o Plano de Trabalho estaria sendo atualizado para  
170 realização desses eventos e entendeu que o grupo de discussão criado será fundamental para  
171 realização de levantamento em relação à logística desse encontro. Ponderou que estão verificando a  
172 possibilidade desse encontro fazer parte de uma ação ou de um programa dos acordos judiciais  
173 realizados com as empresas autuadas por trabalho escravo. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat  
174 compreendeu que teriam um prazo curto para elaboração desse evento, sugerindo que a definição da  
175 data fosse deixada em avaliação para que houvesse melhor preparação. Feita nova inversão de  
176 pauta, passou-se ao Item 10. Situação específica da COETRAE/TO - (CPT): O Sr. Xavier Jean  
177 Marie Plassat arrazoou que a COETRAE/TO seria uma Comissão considerada em funcionamento,  
178 entretanto, essa situação inverteu-se radicalmente quando pautou-se a revisão do Plano Estadual de  
179 Erradicação do Trabalho Escravo como prioridade. Ilustrou sobre a falta de participação dos

180 representantes do estado nas reuniões mesmo após a nomeação de novos membros, observando que  
181 o enfrentamento dessa situação seria o problema. O Sr. Hebert Borges Paes Barros sugeriu que  
182 fosse preparado expediente ao órgão coordenador da CONATRAE/TO ou à Casa Civil, ressaltando  
183 a importância da sua institucionalidade e do compromisso com a Política de Enfrentamento ao  
184 Trabalho Escravo. O Sr. Bruno Tempesta comentou sobre os pontos abordados na reunião realizada  
185 pelo Ministério Público Federal (MPF) referente ao tema, destacando que a CGCTE foi colocada à  
186 disposição para dar todo o apoio necessário. Diante esse fato, o Sr. Hebert Borges Paes Barros  
187 propôs que fosse elaborada e enviada expediente à COETRAE/TO resgatando os encaminhamentos  
188 da reunião realizada pelo MPF e, caso não houvesse nenhum movimento nos próximos dois meses,  
189 fosse elaborada nota pública da CONATRAE para ser divulgada nos meios de comunicação.  
190 Acatada a proposta, passou-se ao Item 12. Concurso para a Carreira de Auditor Fiscal do Trabalho -  
191 (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat solicitou informações sobre a realização de concurso para a  
192 Carreira de Auditor Fiscal do Trabalho. O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes relatou que o MTP tem  
193 feito reiteradas solicitação para a realização do referido concurso e destacou a autorização do  
194 concurso para a Receita Federal do Brasil – RFB, o qual consideram como movimento positivo.  
195 Comentou que o Ministério tem feito a sua parte e a última solicitação foi realizada no mês de maio,  
196 mas explicou seria uma questão que estaria fora da competência do MTP. Prosseguindo ao Item 13.  
197 Valor das Diárias pagas aos servidores do Executivo e seu impacto nas ações de fiscalização -  
198 (CPT): O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes explanou que o valor das diárias pagas aos servidores do  
199 Executivo também estaria fora da competência do MTP, tendo em vista que não seria destinada  
200 apenas as ações de fiscalização referentes ao trabalho escravo. Afirmou que estão fazendo a gestão  
201 necessária. A Sra. Vera Jatobá arrazoou que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do  
202 Trabalho (Sinait) tem procurado muito a SIT/MTP para tratar desse assunto e salientou que foram  
203 feitos trabalhos estatísticos de avaliação e estudos, que já precisam ser atualizados, nesse sentido,  
204 inclusive, com encaminhamento à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Lamentou a  
205 situação do grupo móvel que demonstra prontidão e serviço eficiente e eficaz e registrou a  
206 importância desse tema para o Sindicato. O Sr. Itálar Filipe de Paiva Medina reiterou as  
207 explicações anteriores e registrou a aprovação de duas notas pela CONATRAE tratando da  
208 necessidade imperiosa de concurso público para contratação de Auditores Fiscais do Trabalho.  
209 Comentou que havia apenas 56% dos cargos ocupados quando foi elaborada a segunda nota, ou  
210 seja, 44% dos cargos vagos, o que vem aumentando. Afirmou que tem sido feito grande esforço por

211 parte da DETRAE no sentido de continuar o combate ao trabalho escravo em articulação com os  
212 órgãos parceiros perante as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs) para  
213 estimular aos Auditores a atender as demandas. Elencou alguns problemas encontrados nas SRTEs  
214 e observou que não haveria nenhuma medida adota para que as recomendações da CONATRAE  
215 sejam atendidas, nem mesmo reuniões. Compreendeu que essa Comissão deve continuar  
216 pressionando para realização desse concurso, pois, em sua opinião, haveria falta de interesse e não  
217 de orçamento, uma vez que estariam sendo realizados outros concursos. O Sr. Hebert Borges Paes  
218 Barros sugeriu elaborar um ofício para manifestação e solicitar novamente a realização de reunião  
219 e, caso não houvesse efeito, fosse elaborada nota pública. Informou que esse assunto ainda não foi  
220 tratado com a nova Ministra. O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina entendeu que poderiam ter uma  
221 nova janela de diálogo com o MTP pelas trocas que foram realizadas, propondo que a CONATRAE  
222 articulasse novo diálogo, inclusive, com o encaminhamento das notas anteriores. A Sra. Ana  
223 Carolina Romam entendeu que seria fundamental que a Ministra de Estado da Mulher, da Família e  
224 dos Direitos Humanos faça a interlocução com o MTP. Externadas todas as opiniões e  
225 manifestações, definiu-se os seguintes encaminhamentos: (1) os representantes dos Ministério da  
226 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Trabalho e Previdência levarão o tema para os  
227 seus respectivos Gabinetes; (2) será buscada a realização de reuniões conjuntas coordenadas para  
228 incentivar a realização do concurso público; (3) as informações atualizadas sobre o tema, obtidas  
229 por meio dos diálogos internos, serão apresentadas na próxima reunião da CONATRAE. Ato  
230 contínuo, passou-se ao Item 14. Preocupação em relação à abordagem da temática de Direitos  
231 Humanos pela Polícia Rodoviária Federal na formação de agentes e a extinção da Comissões  
232 Regionais responsáveis por operações contra a exploração sexual e o trabalho escravo nos estados -  
233 (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat registrou que haveria uma preocupação geral dos parceiros  
234 da CPT no combate ao trabalho escravo quanto à possibilidade da Polícia Rodoviária Federal (PRF)  
235 não ter todo o apoio necessário para a preparação e formação para abordagem da temática dos  
236 Direitos Humanos. Compreendeu que o MMFDH e a CONATRAE deveriam se manifestar para  
237 evitar que a situação se agrave. O Sr. Henrique Oliveira Santos informou sobre a decisão liminar da  
238 Justiça Federal do Rio de Janeiro que suspendeu a participação da PRF em operações conjuntas  
239 com outras forças policiais fora de estradas, sendo que estariam sendo observadas as atuações para  
240 saber o que estaria errado. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat explicou que o item de pauta não tratava  
241 da suspensão, a qual foi extinta rapidamente. Relatou que o item estaria relacionado à temática dos



242 Direitos Humanos na formação dos agentes, visto que recebeu informação de esses conteúdos  
243 estariam sendo retirados e que as Comissões Regionais responsáveis por operações contra a  
244 exploração sexual e o trabalho escravo estariam sendo extintas. O Sr. Henrique Oliveira Santos  
245 explanou que estaria sendo revisto internamente a retirada desses conteúdos dos cursos de  
246 formação, porém, ainda não possui a informação concreta, comprometendo em disponibilizá-la na  
247 próxima reunião. O Sr. Itávar Filipe de Paiva Medina externou a sua preocupação com a notícia  
248 divulgada de retirada da disciplina de Direitos Humanos do curso de formação da PRF,  
249 considerando, inclusive, os problemas recentes de violações dos direitos em algumas operações.  
250 Com relação à extinção das Comissões, informou entrou em contato com alguns coordenadores da  
251 PRF que alegaram que essa extinção não afetariam as ações operacionais de combate ao trabalho  
252 escravo e infantil, uma vez que essas comissões não possuíam funções operacionais. Entendeu que  
253 deveria ser melhor esclarecido qual seria a atribuição dessas comissões e quais seriam os impactos  
254 dessa extinção e também quanto à retirada do tema Direitos Humanos do curso de formação. A Sra.  
255 Ana Carolina Roman comunicou que houve recomendação do MPF para retorno da disciplina de  
256 Direitos Humanos, que não foi cumprida e, por isso, houve a necessidade de judicialização.  
257 Ponderou que caberia solicitação da CONATRAE à PRF quanto a extinção das comissões nos  
258 termos sugerido na explanação anterior. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros recordou que o tema  
259 referente à extinção das comissões foi abordado na primeira reunião dessa gestão, na qual  
260 solicitaram explicação à PRF. Relatou que foi trazida a informação pelo Sr. João Gabriel Dadalt de  
261 que houve alteração estrutural e optaram pela descontinuidade dos modelos de comissões estaduais  
262 e pela criação de unidade de combate aos crimes contra os direitos humanos, que passaria a abordar  
263 a temática de tráfico de pessoas e trabalho escravo. Compreendeu que a CONATRAE poderia  
264 demandar aos representantes da PRF que apresentassem a sua percepção ou manifestação  
265 institucional sobre a diferença das comissões e a nova estrutura. Com relação à capacitação,  
266 concordou com a necessidade de retorno da disciplina e entendeu que poderiam oficializar a PRF e  
267 sugerir visita para ressaltar a importância da capacitação focada no tema. O Sr. Henrique Oliveira  
268 Santos alegou que repassará todas as informações ao Sr. João Gabriel Dadalt a fim de que traga um  
269 retorno para a Comissão. Seguindo, passou-se ao Item 15. Informes: 15.1. Seleção dos  
270 representantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, de entidades não  
271 governamentais privadas, para o próximo biênio: O Sr. Bruno Tempesta informou que o processo  
272 está em andamento, discorrendo que estaria na fase de apresentação de recursos referente à

273 habilitação das entidades. Salientou que todas as informações estão disponíveis no Portal Participa  
274 + Brasil. Elencou as próximas etapas, ponderando que a eleição será realizada no dia 13 de julho de  
275 2022 e a posse dos novos membros no mês de agosto. Agradeceu e parabenizou toda equipe de  
276 apoio da CGCTE pelo trabalho realizado no processo eleitoral. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat  
277 também parabenizou a equipe de apoio da CGCTE e observou que o processo teria sido  
278 desenvolvido da melhor maneira. Solicitou esclarecimentos se todas as entidades seriam habilitadas  
279 a votar e a serem votadas e sobre o horário do processo de votação. O Sr. Bruno Tempesta  
280 esclareceu que as entidades inscritas no processo seletivo para composição da CONATRAE  
281 estariam habilitadas a votar e a serem votadas e que a votação estaria aberta das 14h30 às 23h59.  
282 Não havendo mais dúvidas, a Sra. Vera Jatobá comunicou sobre a condenação de 64 anos de prisão  
283 do Sr. Antério Mânica, um dos mandantes da chacina de Unaí. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros  
284 destacou que essa condenação seria um movimento relevante de justiça e de honra à memória dos  
285 auditores assassinados. O Sr. Bruno Tempesta lembrou sobre a necessidade de atualização do  
286 Regimento Interno da CONATRAE tendo em vista o desmembramento do Ministério do Trabalho e  
287 Previdência do Ministério da Economia. O Sr. Guilherme Rojas solicitou que fosse pautado informe  
288 sobre resgate de 12 venezuelanos interiorizados via Operação Acolhida ocorrido no interior de São  
289 Paulo na próxima reunião. Acatada a solicitação, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros discorreu que  
290 essa seria a última reunião do desenho atual da sociedade civil eleitas no processo anterior,  
291 agradecendo aos representantes da CPT, CNA, ANAMATRA e CONTAG pelo apoio e  
292 engajamento. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat registrou que solicitou à Secretaria Executiva o envio  
293 antecipado da ata dessa reunião para que possam analisar as deliberações realizadas. Registrado que  
294 não haveria dificuldades para o envio da ata com antecedência, passou-se ao Item 16.  
295 Encerramento: Sem mais nada a tratar, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros agradeceu a  
296 participação de todos, encerrando Reunião Ordinária Virtual da CONATRAE.